

Câmara abre portas para debater o fim da violência contra a mulher

Também foram aprovados, ontem, nove projetos para suplementação orçamentária do Executivo



Renan Silva

renan@informativo.com.br

» Lajeado

Em meio a discussões sobre o cenário político nacional, preocupação sobre as dificuldades enfrentadas por pequenos produtores e comerciantes da região, e críticas à falta de decoração natalina em Lajeado, a Câmara de vereadores aprovou, ontem, nove projetos de suplementação de verba para o Executivo.

No total, mais de R\$ 1,9 milhão foram movimentados de diversas rubricas para pagamento de funcionários terceirizados e manutenção de serviços públicos, como a recuperação de estradas.

Outra proposta, que revisa o cálculo para o adicional de insalubridade dos servidores municipais, foi retirada da pauta de votação pelo líder de governo e deve voltar a ser apreciada na próxima semana. Segundo o sindicato que representa o funcionalismo público, o projeto reduz

os benefícios e prejudica a categoria.

DEFESA DA MULHER

Também participou da sessão a titular da Delegacia da Mulher, Márcia Bernini. A delegada foi convidada pela vereadora Eloede Konzatti para falar sobre a violência contra a mulher, em alusão à campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, uma mobilização mundial que se estende até sábado e busca a conscientização sobre uma sociedade machista.

Segundo a delegada, o Brasil é o 5º colocado no ranking de violência contra a mulher - índice que leva em conta o número de assassinatos por questões de gênero. Mais da metade dos assassinatos são cometidos pelo marido ou por um ex-companheiro.

“Mas o Brasil também tem a terceira melhor lei de defesa à mulher do mundo”, esclarece. Isso se reflete na proteção oferecida: mais de 80% das mulheres mortas no Rio

Grande do Sul não tinham medidas protetivas contra seus ex-companheiros, mesmo que 66% delas já os tivessem denunciado alguma vez. “A Lei Maria da Penha é efetiva ao oferecer proteção quando a mulher aceita essas medidas protetivas”, enfatiza.

CAMPA-NHA:

a delegada Márcia Bernini foi convidada a usar o Plenário para falar sobre violência contra a mulher



Renan Silva

Preocupação

O vereador Ildo Paulo Salvi (REDE) se disse preocupado com o apoio excessivo a grandes “monopólios” em detrimento de empresas locais. “A Lactalis, por exemplo, perdeu espaço na França e visou a nossa região. Muitos produtores estão vendendo para ela, para ganhar mais no primeiro momento. Mas o meu receio é, quando nossas cooperativas quebrarem, como vai ficar?” Sérgio Miguel Rambo (PT) fez coro e manifestou sua preocupação em relação aos mercados de bairro, que precisam enfrentar a concorrência de grupos maiores que chegam à região. “Quanto milhões em incentivos essa empresa recebeu em vez de investirem na Languiru, na Cosuel, na matriz leiteira bem-estruturada que temos no Vale do Taquari.”

Críticas natalinas

Lorival Ewerling dos Santos Silveira (PP), que retornou ontem ao Legislativo Municipal após um mês afastado por problemas de saúde, criticou o “descaso” do município com a decoração natalina. “Mesmo tendo perdido as eleições, podiam terminar o mandato atendendo à comunidade.” Silveira contou que foi a Estrela após ouvir elogios sobre a decoração natalina na outra margem do Rio Taquari. “Comprei lá, fiz um lanche, abasteci. Foram uns R\$ 200 que poderiam ter ficado em Lajeado. Isso só meu. Agora, pensem em quantas pessoas vão lá visitar e que poderiam vir pra cá”, lamenta. Antônio de Castro Schefer (PMDB) disse que a situação mostra que a prefeitura “tá quebrada”, e que em cidades como Arroio do Meio e Estrela “dá gosto de olhar para o Papai Noel e para a decoração de Natal”.

Projeto regulamenta feiras itinerantes

Santa Clara do Sul - O projeto que regulamenta a realização de feiras itinerantes com venda de produtos e mercadorias a varejo no município foi uma das cinco matérias aprovadas na sessão da semana passada da Câmara de Vereadores.

De acordo com a matéria, o objetivo é propor um equilíbrio entre o comércio itinerante e o fixo, para evitar que a concorrência desleal e a sonegação “prejudiquem a comunidade santa-clarense”, estabelecendo requisitos plausíveis como condição para a liberação de Alvará de Funcionamento.

Tal regulamentação atende ao anseio da Associação Comercial e Industrial de Santa Clara do Sul (Acisc). Também considera a necessidade do cumprimento de requisitos como a emissão de notas fiscais.

Mauro Heinen (PMDB) salientou que o comércio ambulante também é uma preocupação da Câmara de Dirigentes Lojistas regional. “Nessas feiras itinerantes, os produtos são vendidos sem nota fiscal e os comerciantes não pagam impostos. Também inexistia a certeza da procedência dessas mercadorias”.

Demais projetos aprovados

- Autoriza o Executivo a abrir um crédito suplementar de R\$ 579,5 mil para atender aos vencimentos e encargos sociais dos servidores públicos, mais especificamente a parte patronal do INSS;
- Prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para o Executivo contratar, em caráter temporário e atendendo a excepcional interesse público, servidores para as funções de servente em substituição a titulares afastadas por motivo de licença-saúde, férias ou outros afastamentos legais;
- Define e fixa o Valor de Referência Municipal (VRM) em R\$ 407,32 para o ajuste dos valores dos impostos, taxas e tarifas públicas de Santa Clara do Sul, a partir de 1º de janeiro de 2017;
- Autoriza a administração municipal a conceder um abono de R\$ 270 aos servidores do Quadro do Magistério Público Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo e Contratado, Cargos em Comissão e Conselheiros Tutelares.

TCE proíbe que vereadores recebam “extra” por sessões extraordinárias

Vale do Taquari - O acúmulo de projetos de lei aguardando votação exige que as Câmaras de Vereadores de diversas cidades façam uma espécie de “força-tarefa” ao final de cada ano para dar conta de apreciar todas as propostas. Em alguns locais, enquanto as sessões normais estão in-

cluídas no salário dos vereadores, as chamadas sessões extraordinárias são pagas separadamente,

Esta prática, porém, irá acabar. No dia 30 de novembro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) decidiu que não é permitida a remuneração a parlamentares por participa-

ção em sessão extraordinária.

O julgamento ocorreu após decisões “desconcordadas” do TCE em relação ao tema. Foi solicitada, então, uma uniformização do entendimento. A proibição do pagamento leva em conta a nova redação do parágrafo 7 do artigo 57 da Constituição da República.

Recomendação

Presidente da Associação de Vereadores do Vale do Taquari (Avat), Paulo César Betoni conta que a entidade costumava indicar o pagamento a sessões extraordinárias sempre que fosse necessária uma convocação. “Mas recebemos o parecer do TCE de que, agora, isso é proibido. Não podemos proibir nenhuma Câmara da região de fazer, mas não aconselhamos mais. Nossa posição é de não pagar”, explica. Segundo o vereador, as sessões extraordinárias

são necessárias não apenas para dar conta de apreciar projetos atrasados, mas principalmente em sessões emergenciais durante o recesso dos parlamentares. “Quando um prefeito novo assume a prefeitura, muitas das coisas que se precisa fazer têm que passar pelos vereadores. Mas normalmente, janeiro é o mês de recesso das Câmaras. Ou em casos de emergência, como uma enchente. Nem sempre se pode esperar até a próxima sessão para se aprovar um auxílio”, acrescenta.

Política

◆ Câmara estuda liberar a Tribuna para o público

BOM RETIRO DO SUL — O público está impedido de usar a Tribuna Livre desde o início da presidência do vereador Nilson Martins Lang (DEM), em 2015. O espaço deve ser liberado a partir do próximo

ano. A Tribuna Livre não é regulamentada pelo Regimento Interno da câmara ou pela Lei Orgânica do Município. Cabe a cada presidente permitir, ou não, o uso do espaço.



Bancada do governo solicitou a retenção do projeto por uma semana. Sindicato dos servidores é contra a mudança

Regime jurídico **volta** a ser questionado

Texto muda método do cálculo de insalubridade

Lajeado

Os vereadores protelaram por uma semana a votação da proposta de lei encaminhada pelo Executivo, que autoriza o recálculo do adicional de insalubridade dos funcionários públicos. A tentativa de mudança ocorre quatro meses após a aprovação, em plenário, do Regime Jurídico Único dos Servidores (RJUS) do município.

De acordo com a mensagem justificativa do projeto de lei, como o adicional de insalubridade era pago sobre o salário mínimo, e como a lei que instituiu o RJUS considerou-o sobre o salário básico de cada cargo, isso aumentaria “consideravelmente os custos com a folha de pagamento”.

Diante disso, o prefeito encaminhou a proposta para substituir o termo “do menor padrão salarial pago para o cargo” por “sobre duas vezes o Padrão Básico Referencial de

Remuneração (PBBR)”. Assim, informa o Executivo, “a insalubridade e a periculosidade serão pagos sobre um valor fixo, indiferente do cargo ocupado”.

Antes da sessão, assessores encaminharam à imprensa um documento assinado pela presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Lajeado (Sispumul), Sônia Rejane Feldens Heydt, no qual a entidade se posiciona contrária à aprovação da proposta que altera os cálculos da insalubridade.

Se aprovada a matéria, o adicional de insalubridade passa a ser de 10% sobre duas vezes o Padrão Básico Referencial de Remuneração (PBBR), para o grau mínimo de risco da atividade desenvolvida; 20% em grau médio e 40% a partir do laudo que reconhecer a insalubridade em grau máximo da atividade desenvolvida.

Créditos suplementares

Outra vez, a sessão da câmara

foi marcada por um grande número de projetos de lei do Executivo solicitando autorização para créditos suplementares. Ontem, foram nove matérias com esse propósito, totalizando cerca de R\$ 1,9 milhão em remanejamentos de valores. Todas foram aprovadas.

A principal suplementação autorizou a abertura de crédito no valor de R\$ 328 mil, “para despesas relativas às folhas de novembro, dezembro e parte do 13º salário”. Entre os demais projetos, destaque também para a suplementação de R\$ 300 mil para recuperação de estradas danificadas pela última enchente registrada no município.

Por fim, os vereadores aprovaram proposta de lei para abrir crédito suplementar de R\$ 571 mil para “atender ao pagamento de reajuste contratual concedido à empresa responsável pelo pessoal terceirizado, retroativo”. A mensagem justificativa não cita o nome da empresa contratada.

Câmara reprovava texto pela segunda vez

Forquetinha

Os vereadores reprovaram por sete votos a um o projeto enviado pelo governo para fazer a pavimentação na área industrial. A proposta já havia sido enviada e recusada pelos vereadores, os quais consideraram o custo da obra elevado e desnecessário. No projeto, apreciado na sessão de segunda-feira, 5, o Executivo apresenta um orçamento de R\$ 375 mil.

De acordo com o presidente da casa, Ademir Becker (PP), os parlamentares consideram que o recurso pode ser utilizado de outras

formas. “É um espaço pequeno e afastado, enquanto esse dinheiro pode ser investido aqui.” Na avaliação do vereador, o melhor destino para o dinheiro é investir em ruas mais movimentadas. “O governo dizia que ia asfaltar porque teria empresa e até agora não tem indústria nenhuma lá.”

Becker prevê mais derrotas caso o novo governo tente pavimentar novamente o local. “Se isso aparecer novamente, vai ser reprovado de novo.” O prefeito Waldemar Richter (PP) conseguiu eleger seu sucessor em outubro, o colega de partido Paulo Grunewald.

Projeto regulamenta feiras itinerantes

Santa Clara do Sul

O projeto sobre feiras itinerantes foi uma das cinco matérias aprovadas. A matéria tem por objetivo equilibrar comércio itinerante e o fixo, para evitar que a concorrência desleal e a sonegação prejudiquem a comunidade. O projeto atende um pedido da Associação Comercial e Industrial de Santa Clara do Sul (Acisc).

Segundo Mauro Heinen (PMDB), o comércio ambulante também é uma preocupação da Câmara de Dirigentes Lojistas regional. “Nessas feiras itine-

rantes os produtos são vendidos sem nota fiscal e os comerciantes não pagam impostos.”

Quem ajuda a manter o município é o comércio local, que por isso deve ser valorizado, frisa. Ainda mencionou que não é apenas o município sede que é prejudicado com a vinda de feiras ambulantes, mas as cidades vizinhas também.

Durante a sessão, os vereadores destacaram as ações propostas na campanha de combate ao mosquito da dengue e cobraram auxílio da população para evitar o surgimento de focos do inseto.



Vereadores debateram o impacto das feiras itinerantes na economia local

Cidades

◆ OS recebe prefeito eleito e pede mais transparência

LAJEADO – O prefeito eleito Marcelo Caumo (PP) esteve reunido na terça-feira, 6, com o Observatório Social de Lajeado. Ele apresentou um resumo sobre o trabalho de transição feito nos últimos meses. O principal problema apontado pelos observadores é a falta

de transparência do site da prefeitura. Para Caumo, a questão passa por uma mudança administrativa para melhorar as informações. “O problema são pessoas porque o site é o mesmo de outras cidades e essa solução funciona nelas.”

Aumento da gasolina **chega** a R\$ 0,14

Anunciado pela Petrobrás nessa segunda-feira, acréscimo passou a valer ontem

País

Menos de dois meses após anunciar reduções que não impactaram nas bombas, a Petrobrás determina aumento nos combustíveis. O acréscimo de 9,5% no diesel e de 8,1% na gasolina chegou ontem aos primeiros postos do Vale do Taquari.

A gasolina ficou até R\$ 0,14 mais cara, subindo de R\$ 3,89 para R\$ 4,04. Acréscimo no diesel chegou aos R\$ 0,16 em média, passando de R\$ 2,86 para R\$ 3,02.

Conforme a Petrobrás, o aumento segue a nova política de preços da estatal e leva em consideração a variação internacional do petróleo e a taxa cambial. As revisões na tabela serão realizadas a cada 30 dias.

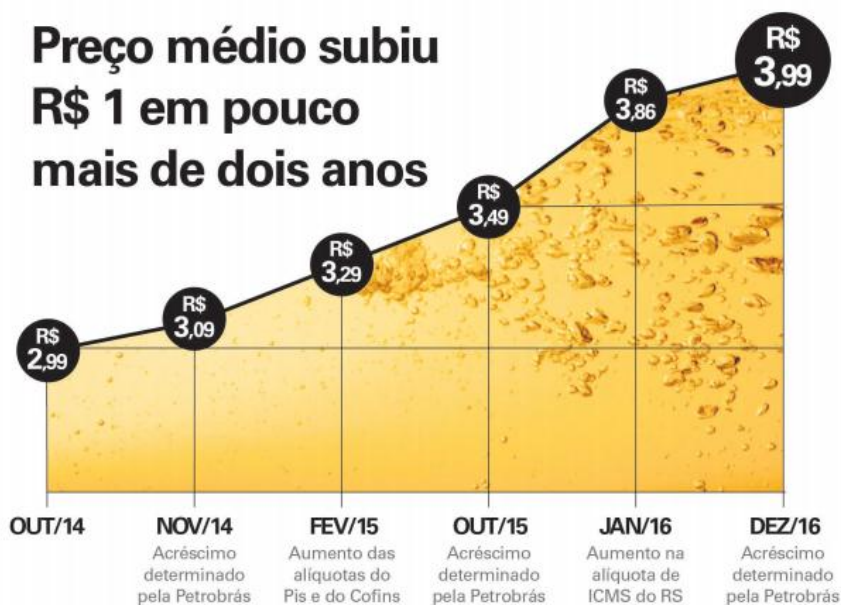
Proprietário de uma empresa de transportes, Paulo Fernandes, 53, afirma que o aumento nos combustíveis após anúncios de redução demonstra a situação caótica em que o país se encontra, mas não surpreende.

“São promessas da classe política que nunca se cumprem”, alega. Para ele, os mais penalizados com o aumento são os trabalhadores. Segundo Fernandes, tanto transportadores de passageiros quanto caminhoneiros pagam altas cargas tributárias como autônomos e ainda precisam arcar com os impostos dos combustíveis e altos valores de seguro obrigatório.

De acordo com Fernandes, diante da crise, fica difícil repassar aos clientes o custo dos serviços. “Se eu aumentar R\$ 10, o cliente não vai aceitar. Será que o governo pensa em nós que trabalhamos e pagamos nossos impostos?”

Para o vendedor Eduardo Franzon, 30, o acréscimo é temerário diante do momento econômico e aumentará ainda mais a insatisfação da população com o governo. Afirma que não é justo que os consumidores paguem mais para

Preço médio subiu R\$ 1 em pouco mais de dois anos



* Números aproximados. Valores podem variar.
Fonte: Anp

ele, o aumento dos combustíveis deve pressionar ainda mais os preços dos produtos de consumo e ampliar a recessão.

Aumentos escalonados

A sequência de acréscimos nos combustíveis alcançou R\$ 1 por litro desde outubro de 2014, quando ocorreu elevação anual determinada pela Petrobrás.

Em fevereiro do ano passado, o governo federal ampliou os índices do PIS e do Cofins, resultando em nova elevação, que foi de R\$ 0,20 a R\$ 0,40 na média do litro de gasolina.

Mais uma elevação anual da Petrobrás ampliou em mais R\$ 0,10 o preço médio do combustível em outubro de 2015. Em janeiro deste ano, o aumento na alíquota de ICMS determinado pelo governo do Estado ampliou para R\$ 3,86 a média do valor da gasolina no Vale do Taquari.



Com nova política, mercado internacional interfere nos preços pelo país

cobrir os rombos resultantes da corrupção na Petrobrás.

Opção pelo GNV

Diante dos frequentes aumentos na gasolina, o taxista de Teutônia, Ilvo Hemsing, 67, optou por instalar um kit de gás natural veicular (GNV) no veículo. Mesmo precisando se deslocar até Lajeado para abastecer, afirma que a troca vale a pena.

“É uma alternativa, porque se eu tivesse que ficar com gasolina teria de trocar o carro que estou hoje por um menos potente”, alega. Segundo ele, o único problema é a existência de um único posto na região que oferece o combustível.

Para Hemsing, se houvesse oferta de gás natural encanado no Vale do Taquari, a região teria um grande impulso econômico, a

começar pelo setor de transportes. “Não apenas taxistas, mas as empresas também teriam uma opção mais econômica.”

Na profissão desde 2002, afirma que nunca enfrentou uma crise tão difícil como a atual. Segundo

“
Novos preços para gasolina e diesel foram confirmados após dois anúncios de redução. Nesses casos, não houve decréscimo para o consumidor

ENTENDA O CASO

Em outubro, a Petrobrás definiu uma nova política de preços baseada no mercado internacional e anunciou a redução no valor da gasolina. Apesar das projeções da estatal apontarem queda de R\$ 0,05 nas bombas, a redução para o consumidor final não se confirmou.

No mês seguinte, a companhia anunciou novo corte no preço dos combustíveis, que deveria ser de 10,4% para o diesel e de 3,1% para a gasolina. Mais uma vez, as projeções de queda de R\$ 0,20 nas bombas de diesel e de R\$ 0,05 nas de gasolina não se confirmaram.